

A FUNÇÃO DO PROFESSOR PEDAGOGO NO COTIDIANO DA ESCOLA PÚBLICA DO PARANÁ: UMA COMPREENSÃO POSSÍVEL?

IVANISE VITORINO DA SILVA PIRES¹

CARMEN CÉLIA B. C. BASTOS²

1. INTRODUÇÃO

No decorrer dos últimos anos, aproximadamente na década de 1990, no Estado do Paraná, temos assistido a diversas mudanças de atribuições de competências nas variadas esferas de poder. São mudanças de ordem institucional, mudança de legislação, de relações entre os protagonistas do processo ensino-aprendizagem na organização do trabalho pedagógico no interior da escola, refletindo e exigindo uma nova forma de organização do trabalho escolar que se faz pela intervenção direta do professor-pedagogo, termo utilizado para o pedagogo, no Estado do Paraná em cumprimento da lei complementar nº.103/2004³.

Como estabelecer um perfil do pedagogo necessário, dentro deste contexto de uma nova organização pedagógica curricular, se o mesmo tem sido formado com ranços da própria história de sua função e identidade e das diversas políticas educacionais impostas?

De que forma o professor – pedagogo pode contribuir com os professores do Ensino Médio a aproximarem a teoria e a prática, diminuindo a distância entre, o pensar e o fazer a prática pedagógica no interior da sala de aula da Escola Pública?

A partir da experiência vivenciada como professora – pedagoga nas escolas e percebendo a falta de clareza por parte da comunidade escolar e também por parte de pedagogos com mais tempo de serviço na escola, que serviam como referência para os “novatos”, foi possível perceber, que nem mesmo o curso de pedagogia esteve ou está suficientemente claro quanto à definição da identidade e da função específica do pedagogo na escola.

Portanto, a partir destas inquietações, decidimos investigar através de uma pesquisa cujo foco foi buscar a **Identidade e função do professor – pedagogo**. A partir de uma investigação, inclusive de campo, pretendemos estabelecer uma compreensão que possa explicitar e defender a função do pedagogo na escola pública, em especial no Paraná.

Este artigo que tende provocar uma reflexão sobre a compreensão e a intencionalidade da

1 Professora – Pedagoga do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE/PR E-mail: ivspires@seed.pr.gov.br

2 Professora Adjunta do Curso de Pedagogia e atua na linha de pesquisa: Aprendizagem e Ação Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: bastos@suldigital.com.br

3 Lei complementar nº.103/2004 que dispõe sobre o plano de carreira dos professores da Rede Estadual de Educação Básica, no artigo 4º, inciso 5º do capítulo III que trata dos conceitos fundamentais, fica evidente que o pedagogo é professor. Portanto, a partir daí, o termo professor pedagogo foi adotado pelo Estado do Paraná.

função e a identidade do pedagogo no interior da escola pública no Paraná e, conseqüentemente, sobre a prática pedagógica, a partir da compreensão histórica da interferência de políticas educacionais na formação do pedagogo, apresenta uma reflexão acerca da percepção do próprio professor-pedagogo quanto à sua atuação, analisando a relação entre sua formação acadêmica e sua prática, destacando, questões pertinentes à especificidade de seu trabalho na Escola Pública.

O presente artigo traz os resultados da pesquisa e está vinculado ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE / Paraná, que dentre os objetivos já citados pretende também contribuir para uma intervenção na realidade das Escolas Públicas e ainda aproximar a Educação Básica e Universidade, uma vez que indiretamente o projeto estabelece uma relação com a formação de professores.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS INVESTIGATIVOS

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, delimitada no município de Assis Chateaubriand-PR no ano de 2007.

A *priori* buscou-se através de uma Revisão da Literatura, a partir de teses, dissertações, livros, artigos de periódicos as bases históricas para compreender a relação educação–sociedade e suas repercussões sobre a prática pedagógica, identificando formas efetivas de exercer seu papel numa perspectiva transformadora, analisando contextualmente as contradições do processo de formação desse profissional da educação. A retomada aos fundamentos teóricos acerca do processo histórico da pedagogia, é imprescindível na compreensão da prática escolar, pois a prática eficiente decorre de uma teoria para além da atitude ingênua, alcançando uma visão aperfeiçoada de mundo, que é condição *sine qua non* para intervir na realidade, colocando-se como professor – educador.

Num segundo momento do trabalho foi elaborado um questionário direcionado a 15 (quinze) professores de três escolas públicas, 16 (dezesesseis) acadêmicos formandos do curso de Pedagogia de uma de uma IES, 06 (seis) entrevistas filmadas com professores – pedagogos das mesmas escolas, a fim de compreender a clareza do conceito de pedagogo na escola, da função do mesmo na escola, como se dão as relações de trabalho, contribuições e sugestões do e para o curso de pedagogia, bem como as articulações que poderão ser construídas na relação universidade – ensino básico junto à função do pedagogo na escola pública.

2.2. A TRAJETÓRIA LEGAL: CONFRONTOS E AVANÇOS NA DEFINIÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PEDAGOGO

Para compreender o pedagogo e sua função no contexto atual da Escola Pública é necessário compreender que a educação não é um fenômeno estritamente escolar, porém é no processo educacional escolar que se dão as contradições de uma sociedade antagônica, onde a especificidade da escola, que está em ir além do processo de socialização e reprodução, tem sido usada como instrumento de autocontrole do sistema, ora político, ora econômico, religioso ou sob a influência de todos num determinado tempo histórico.

Veiga (1997) adverte sobre a necessidade de considerar o contexto em que o sujeito está inserido, o qual traz significados implícitos de uma organização sistêmica de Estado, pois, segundo a autora:

[...] Na análise do processo de formação profissional há que se considerar que ele ocorre num contexto de uma determinada forma de organização do trabalho pedagógico que, antes de ter uma origem em si mesma, preserva nexos muito fortes com a organização social mais ampla. (VEIGA, 1997, p.38)

O direito à apropriação do conhecimento é um direito negado ao indivíduo, muitas vezes, pelo contexto histórico em que o mesmo se insere, ideologizado por um sistema de poder que inculca nas pessoas uma forma de ver e pensar a sociedade e mesmo o homem, individualizado, como inertes à mudança, obscurecendo a visão de classe e educando para a passividade.

Segundo BOFF (2000: p.51): “[...] o grande desafio histórico é certamente este: como fazer das massas anônimas, deserdadas e manipuláveis um povo brasileiro de cidadãos conscientes e organizados como processo político – social e cultural”. O mesmo autor, ainda ressalta a importância desta “massa humana” deixar de ser massa e passar a ser povo.

Desde a pólis ateniense, a organização da escola se dava sob a dualidade de uma escola para livres (a este destinado o trabalho intelectual) e uma escola para os não livres (destinados ao trabalho manual – trabalho físico). Mesmo quando tempos depois houve necessidade e aconteceu a reorganização do ensino, a escola pública ainda continua reproduzindo a estrutura social vigente e atende uma sociedade moderna industrial que necessita apenas de mão-de-obra que atenda as necessidades do sistema econômico, o capitalismo. Na sociedade capitalista, as relações assimétricas de poder são mascaradas e ocultam-se os mecanismos estruturais que produzem e mantêm a desigualdade.

Uma prática pedagógica imoral, nesse sistema, pode, distorcendo a historicidade do homem, desumanizá-lo. No entanto, uma educação voltada para a luta política, onde as relações de poder e as ideologias são geradas, dá ao ser humano as condições de liberdade, de envolvimento com o mundo em movimento, aprimorando e aprofundando a existência humana, partindo de uma curiosidade ingênua que caracteriza uma leitura pouco rigorosa do mundo e chegando à curiosidade exigente que movida pela ação e pela reflexão leva à produção social do conhecimento,

encaminhando o homem para o entendimento de que a submissão à exploração e à dominação não é algo natural e legítimo, mas é algo injusto e por isso pode e deve ser mudado.

A superação do imobilismo conduz o homem a reconhecer-se como ator e autor de uma história que se permite a constante reorganização, numa ação de rupturas, de consciência e intervenção crítica na reconstrução do mundo, despidendo-se das ingenuidades anti-dialéticas a que estão submetidos tanto o otimismo pedagógico de natureza idealista quanto o pessimismo acrítico e mecanicista, reconhecendo o papel da educação e de seus limites.

O pedagogo enquanto articulador da prática pedagógica é “peça fundamental” numa escola pública que prima pela qualidade do ensino. Saviani (1985), nos alerta sobre a responsabilidade de, na escola pública, garantir às camadas populares a apropriação e o domínio da cultura letrada de modo que este domínio funcione como ferramenta de luta das classes menos favorecidas, elevando-as ao mesmo patamar daqueles que por muito tempo usufruíram do poder cultural, excluindo e marginalizando os demais.

É preciso atentar para que esta elevação seja utilizada para conscientização dos menos favorecidos de modo que estes participem na construção de uma sociedade onde os bens materiais e culturais não seja privilégio de alguns. Para concretização desse objetivo, encontramos o professor educador, o professor pedagogo, imbuído de responsabilidades políticas e sociais no exercício de suas funções, como mediadores no processo de operacionalização das ações escolares.

É interessante a definição de pedagogo que Feiges (2007) nos dá: “pedagogo é o profissional da educação que se converte em formador de homens, em diferentes espaços de educação e diferentes práticas educativas, de forma crítica, criativa e transformadora”.

A autora, em seu texto sobre questões conceituais da pedagogia coloca que o pedagogo é o profissional da educação que atua na organização de processos educativos. Seria, realmente, na prática escolar, o pedagogo o responsável pela organização dos processos educativos, ou também como os demais agentes do processo estariam envolvidos por tão grande nuvem que rodeia não apenas a escola, mas a sociedade, inserida num sistema de produção que alienando não nos permite perceber o que produzimos para e para quem produzimos o nosso trabalho?

Recorrendo às raízes históricas com o propósito de, trazer e confrontá-las com questões atuais quanto ao curso de pedagogia, encontramos sua origem na década de 1930, período marcado pelo ideário escolanovista decorrente dos anos 1920.

Em 1890, Benjamin Constant cria o *Pedagogium*, com o objetivo de constituir-se o primeiro centro de aperfeiçoamento do magistério. Durante o Brasil Império, a formação de professores para a escola fundamental, complementar (superior ao grupo escolar) e ainda para a escola normal, era responsabilidade da própria escola normal, ou seja, não havia curso superior destinado à formação de professores, uma vez que o ensino superior estava restrito aos cursos de elite, quais seja

medicina, direito e engenharia que segundo Xavier (1994), essa demanda foi produto de fatores de ordem prática, ideológica e econômico-social. É, portanto, nítida a omissão do poder central, durante o Império, quanto ao provimento deste ensino.

O primeiro modelo de escola superior pública de formação de profissionais da educação já ocorre em desvantagem em relação aos demais cursos superiores, uma vez que, enquanto os cursos superiores já existentes tinham uma duração de quatro anos no mínimo, os cursos de formação de professores terão apenas dois anos de duração.

A partir de sua criação, através do Decreto Federal Lei nº.1190 de 1939 com a organização da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, o curso de pedagogia tem disciplinas de caráter generalista e disciplinas de caráter dicotômico (conteúdo e método). Apresentava problemas relativos ao campo de trabalho, por não ter sua identidade e sua função esclarecida, uma vez que a faculdade formava através do “esquema 3+1”, bacharéis e licenciados para várias áreas, inclusive pedagógica.

Enquanto o bacharel formava-se em três anos como pedagogo e ocupava cargo técnico de educação do Ministério da Educação, o licenciado formava-se após um ano de estudo complementar ao de bacharel e teria seu campo de trabalho no Curso Normal, embora a legislação prescrevesse que para lecionar nesse curso apenas o diploma de ensino superior seria necessário. Quanto ao currículo do curso de pedagogia, o mesmo era muito criticado pelos estudantes que aspiravam por uma reforma.

Da década de 30 à década de 60, do século XX, a educação pública, e mesmo a privada, teve uma evolução lenta e irregular, pois os mecanismos sociais de resistência à mudança atuam mais intensamente na educação, porém é o período em que se regulariza legalmente o exercício do magistério, sendo necessário a titulação de licenciado para atuar como docente no ensino secundário e normal.

Em 1961 houve um avanço em termos de legislação, foi o ano em que a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei nº.4024, após treze anos de tramitação, é promulgada. No ano seguinte o Parecer CFE nº.251/62 regulamenta e fixa o currículo mínimo do curso de bacharelado (sete disciplinas indicadas pelo Conselho e duas disciplinas a critério da IES). Quanto à licenciatura em Pedagogia é o Parecer nº.292/62 que prevê o estudo de três disciplinas específicas, que são: Psicologia da educação, Elementos da Administração Escolar e Didática e prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado.

Devido a identidade do curso de pedagogia ainda não ter sido definida, mesmo após essa legislação, existia muitas controvérsias e questionava-se sobre a manutenção ou extinção do curso, inclusive Valmir Chagas, conselheiro, do denominado, na época, Conselho Federal de Educação, propôs de a formação do professor primário ser em nível superior e a formação de técnicos em

educação ser após a graduação, embora ele mesmo considerasse a viabilidade de operacionalização de sua proposta apenas para o futuro.

Em 1968 com a lei nº.5540 ficou facultado à graduação em Pedagogia, ofertar as habilitações: Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional, visando atender as peculiaridades do mercado de trabalho.

No final da década de 1970 as indicações começam a ser reativadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), professores e estudantes universitários se organizam. O I Seminário de Educação Brasileira, realizado na Universidade de Campinas, em 1978, foi a oportunidade de se pensar organizadamente sobre os estudos pedagógicos em nível superior.

O curso de Pedagogia demonstrou qualificação de seus licenciados uma vez que, com o processo de desenvolvimento social e econômico do país, exigia do docente preparo para lidar com os filhos das classes operárias, que representavam uma grande diversidade de visões de mundo e perspectivas variadas de formação cidadã. A legislação de 1969 abriu o leque de atribuições ao licenciado em Pedagogia que, segundo o Parecer CNE nº.5/2005, “A Resolução CFE nº. 2/1969 determinava que a formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção, fosse feita no curso de graduação em Pedagogia, de que resultava o grau de licenciado. Como licenciatura, permitia o registro para o exercício do magistério nos cursos normais, posteriormente denominados magistério de 2º grau e, sob o argumento de que “quem pode o mais pode o menos” ou de que “quem prepara o professor primário tem condições de ser também professor primário”, permitia o magistério nos anos iniciais de escolarização”.

Na década de 1980 é possível verificar que algumas universidades, preocupadas com o processo de ensino e de gestão pedagógica na escola e pensando na formação profissional dos egressos do curso de Pedagogia, iniciam as reformas curriculares em suas instituições. Na mesma década, participantes da I Conferência Brasileira de Educação, realizada na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) organizaram uma mobilização nacional. Dentre outras reivindicações, pedia-se a redefinição quanto ao bacharelado e a licenciatura terem uma base de estudos que levasse à formação do professor-educador. Assim, surge a idéia dos cursos de educação com um “núcleo comum” de estudos sobre o qual se assentaria a formação específica dos diversos cursos. Os cursos para especialistas foram para a pós-graduação *strictu sensu*, incentivando a formação de pesquisadores e/ou docentes de 3º grau.

Os princípios e as idéias básicas formuladas pelo movimento nacional desde o seu início ficaram sob a coordenação da CONACFE (Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educador) até 1990, passando posteriormente a ser coordenado pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

Quanto às discussões a respeito da identidade da pedagogia e da função do pedagogo enquanto campo de conhecimento, os grupos passaram a encaminhar suas conclusões, apontando sempre para a necessidade da continuidade dos estudos e discussões sobre o tema.

É possível perceber que desde a década de 60 do século XX, os docentes preocupam-se em definir sua identidade profissional, porém é evidente o modo como a forma capitalista de organização social contribui para descaracterizar ainda mais a função da educação escolar, uma vez que a organização do trabalho pedagógico está intimamente ligada às circunstâncias históricas tecidas em um contexto social, político e econômico determinado. “É a desqualificação que torna o trabalhador dependente. Desenvolve habilidades específicas e limitadas tornando o trabalho repetitivo, mecânico, acrítico e desprovido de criatividade”. (VEIGA, 1997, p.49).

Essa desqualificação é a expropriação dos conhecimentos necessários à concepção daquilo que produz, levando o homem a um processo de proletarização, pois ainda de acordo com a autora:

“O processo de proletarização pode estar ligado a uma dimensão, tanto técnica como ideológica, a primeira diz respeito ao controle dos modos de execução do trabalho e a segunda, ao controle sobre os fins do trabalho”. (idem, ibidem, p.49)

Podemos perceber que a trajetória do curso de Pedagogia, traz experiências para o trabalho com crianças, adolescentes, jovens e adultos, muitas vezes problemáticas na questão que se refere à relação formação e prática profissional, dicotomizando a teoria e o fazer pedagógico.

O Conselho Nacional de Educação enfatiza no histórico da Pedagogia que, nos anos 1990 houve diversas solicitações, de formandos (as) em Pedagogia, para o apostilamento em seus diplomas para o exercício docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o que demonstra que o curso de Pedagogia se tornou o principal local de formação dos docentes para esse nível da educação básica.

A partir da nova LDB nº. 9394/96, discussões acerca da identidade do curso de pedagogia voltam para a pauta envolvendo agora novas questões. A ANFOPE propõe para as diretrizes do curso as áreas de atuação e os eixos norteadores do mesmo que se encontram na Base Nacional Comum com uma sólida formação teórica e unidade entre teoria e prática. Porém, é possível perceber que as mudanças que ocorreram no curso de pedagogia, até a década de 1990, foram inócuas, no que tange à definição de sua identidade e a função específica do profissional formado nesta área.

No ano de 2003, após comissões, designadas pelo CNE, e grupos de estudo terem investigado a Educação Básica e a formação profissional dos que nela atuam e após audiência pública promovida pelo mesmo Conselho, ficou claro a diversidade de posições no que se referem aos princípios, formas de organização do curso bem como a titulação oferecida.

A Diretriz Curricular Nacional para o curso de Pedagogia, foi homologada através da

Resolução CNE/CP nº.1 de 15 de maio de 2006, apesar de seu projeto datar de dezembro de 2005. Em dezembro de 2005 quando da apreciação do Parecer, o conselheiro Cezar Callegari, votou favoravelmente com restrições, pois, segundo sua declaração de voto, o Parecer não contemplava o exposto na LDB nº.9394/96 em seu artigo 64. A partir daí, em fevereiro de 2006, o Parecer CNE nº.3, faz o reexame do Parecer CNE nº.5/2005, procura dirimir dúvidas quanto a não observância do disposto no artigo nº.64 da LDB nº.9394/96, porém apesar de a comissão propor uma nova redação do artigo nº.14 do Parecer nº.5/2005, um dos conselheiros manifestou-se contrário a aprovação, sendo então, após mais algumas discussões aprovada a Diretriz e homologada em maio do mesmo ano.

As Diretrizes para o curso de Pedagogia deixa clara a finalidade do curso “(...) formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.” (art.2 do Parecer que institui a DCN para o curso de Pedagogia).

O Parecer ainda enfatiza a docência como base compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional e estabelece a formação teórica articulada à prática docente, à prática gestora tanto nos processos educativos escolares como não escolares.

No Estado do Paraná, a partir da lei complementar nº.103/2004 que dispõe sobre o plano de carreira dos professores da Rede Estadual de Educação Básica, no artigo 4º, inciso 5º do capítulo III que trata dos conceitos fundamentais, fica evidente que o pedagogo é professor. Portanto, a partir daí, o termo professor pedagogo foi adotado pelo Estado do Paraná.

Dentre outras atribuições, estabelecidas no edital nº. 10/2007 – GS/SEED⁴ referentes à função de professor-pedagogo para o atual concurso público, estão: coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação da Escola; coordenar a construção coletiva e a efetivação da Proposta Pedagógica Curricular da Escola, a partir das Políticas Educacionais da SEED/PR e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais; sistematizar, junto à comunidade escolar, atividades que levem à efetivação do processo ensino e aprendizagem, de modo a garantir o atendimento às necessidades do educando; coordenar a organização do espaço-tempo escolar a partir do Projeto Político-Pedagógico e da Proposta Pedagógica Curricular da Escola, intervindo na elaboração do calendário letivo, na formação de turmas, na definição e distribuição do horário semanal das aulas e disciplinas, da hora-atividade, no preenchimento do Livro Registro de Classe de acordo com as Instruções Normativas da SEED e em outras atividades que interfiram diretamente na realização do trabalho pedagógico; coordenar, junto

4 Disponível em <http://www.grhs.pr.gov.br/> acesso 07/11/2007

à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas a partir de critérios legais, pedagógicos e didáticos e da Proposta Pedagógica Curricular da Escola; apresentar propostas, alternativas, sugestões e/ou críticas que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar, conforme o Projeto Político-Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular, o Plano de Ação da Escola e as Políticas Educacionais da SEED; coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico, a partir da Proposta Pedagógica Curricular e do Projeto Político-Pedagógico da Escola; participar da organização pedagógica da biblioteca, assim como do processo de aquisição de livros e periódicos; informar ao coletivo da comunidade escolar os dados do aproveitamento escolar; coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar.

Atitude ingênua seria pensar que essas atribuições, se concretizarão apenas pela participação e responsabilidade do professor pedagogo sem o respaldo do governo, porém também não justifica “cruzar os braços” e aguardar que as coisas aconteçam. Parafraseando Paulo Freire e fazendo uma analogia de sua fala, pode-se dizer que, não é pelo professor pedagogo apenas que a mudança ocorrerá, mas tampouco será sem a participação efetiva dele, enquanto agente de transformação, que a mesma virá.

2.3 RESULTADOS & DISCUSSÕES DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa cujo objetivo foi interpretar e compreender o que dizem os pedagogos e alunos de pedagogia, sobre a ação desse profissional, tem o compromisso de apresentar os resultados alcançados àqueles que estudam e interessam-se pelo tema pesquisado. Foram entrevistados professores pedagogos e encaminhado questionários a professores da rede pública estadual de ensino da cidade de Assis Chateaubriand e a acadêmicos concluintes do curso de Pedagogia de uma IES. Os entrevistados, 6(seis) pedagogos, evidenciam o seguinte perfil: todos com graduação em universidades particulares. No que se refere à formação acadêmica, 04 (quatro) entrevistados possuem formação inicial em Pedagogia, 01(um) possui formação inicial em Ciências Domésticas (com complementação em Pedagogia) e 01(um) possui formação inicial em Matemática (com complementação em Pedagogia). A mais antiga graduação foi concluída no ano de 1993 e a mais recente em 2005, todos os entrevistados são efetivos do Estado e foram aprovados no último concurso público para professor-pedagogo em 2003, embora alguns já ocupassem essa função anteriormente a este concurso.

Ainda que, algumas resistências e dificuldades de expressão tenham ocorrido no processo

dessa pesquisa, acreditamos que muitos docentes têm uma idéia do papel do professor pedagogo, porém não conseguem visualizá-lo. Cada vez mais, evidenciamos a certeza de que é preciso que o professor - pedagogo construa sua identidade enquanto sujeito da ação pedagógica na historicidade da escola e dos sujeitos que nela atuam, demonstrando em sua prática cotidiana, como nas palavras de Libâneo: [...] “o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais” (LIBÂNEO, 2001)

O conceito de pedagogo, ainda segundo Libâneo, não pode reduzir-se a ação docente, pois isto incorreria num equívoco lógico conceitual, uma vez que, “a pedagogia é uma reflexão teórica baseada nas práticas educativas e sobre elas. Investiga os objetivos sóciopolíticos e os meios organizacionais e metodológicos de viabilizar os processos formativos em contextos socioculturais específicos”. (LIBÂNEO, 1999).

Para melhor visualização dos dados levantados pela pesquisa, organizamos as respostas dos questionários em categorias de análises centrais, tendo como base expressões chaves, porém sem excluir todo o contexto que permeia a resposta.

I – A FUNÇÃO DO PROFESSOR-PEDAGOGO

De modo geral, os pedagogos entrevistados demonstram conhecimento de sua função, numa perspectiva ainda de especializações/habilitações⁵. Têm dificuldade de expressar verbalmente, com clareza, sobre a função do “professor pedagogo”, referindo-se à função tendo como foco ora o aluno (Serviço de Orientação Educacional), ora o professor (Serviço de Supervisão Escolar) e até mesmo colocando-se como gestor da escola (Administração Escolar), o que demonstra uma visão administrativa de sua função.

Eis algumas falas com as devidas marcações das idéias centrais em negrito:

*SUJEITO B [...] “**E a gente deixa, muitas vezes de fazer a nossa função, que é dar assistência o professor quanto a aprendizagem do aluno a nossa função, que é dar assistência o professor quanto à aprendizagem do aluno...**”*

*SUJEITO C [...] Então eu vejo que a função do pedagogo, de repente, não dizendo por mim, de repente eu não consigo desenvolver ela na sua essência, porque **eu poderia servir, ser mais como, como que eu poderia dizer, como ajudar, auxiliar o professor como ensino, auxiliar o professor no ensino, buscando o aprendizado do aluno**”.*

*SUJEITO E “[...] Quanto à função do pedagogo na escola, desde quando eu comecei a trabalhar, **é uma pergunta que eu sempre me faço, afinal qual que é a minha função na escola?**”*

⁵ Mencionadas de acordo com a LDB nº. 5540/68. Parecer 252/69, do CFE, fixa o currículo mínimo e a duração do Curso de Pedagogia, e decorrente disto, um sistema de ensino fragmentado.

Será que, o que eu estou vendo, o que eu estou fazendo realmente é a minha função? (...) uma função muito ampla, ela se... equipara com a função de diretor de escola. Porque ela tem que estar de olho do pedagógico, de olho nos rendimentos dos alunos, mas ao mesmo tempo com os pais, fazendo um acompanhamento desses pais, é... acompanhando os professores, o rendimento, conteúdo (...)”.

II – QUANTO AOS DESAFIOS DA PROFISSÃO

No que se refere ao enfrentamento dos desafios/ superações e mesmo avaliação do processo de trabalho, todos os entrevistados posicionam-se afirmando terem dificuldade de exercer a função, por causa, dentre outras, do desconhecimento por parte da comunidade escolar, da real função do pedagogo.

*SUJEITO A: “[...] a dificuldade maior que eu encontrei foi justamente essa, de **fazer com que a direção, comunidade acadêmica entendesse realmente qual é a função do pedagogo.** Porque, geralmente o que se espera na escola, é que o pedagogo mantenha a ordem, mantenha a disciplina, trabalhe só essa questão mais de atendimento aos alunos indisciplinados e tal”.*

Quando questionados sobre a superação destes desafios 2 (dois) entrevistados não mencionaram se houve uma efetiva superação, o que nos remete a pensar negativamente sobre a questão, 3 (três) responderam que é uma conquista e já percebem a mudança de atitude dos professores em relação ao trabalho do pedagogo.

*SUJEITO B: “[...] E, a gente agora **depois de três anos**, no meu caso, eu to vendo assim **que os professores estão começando a entender a importância do nosso trabalho**, enquanto pedagogo, **qual que é a nossa função.** Então, ou seja, antes eles achavam que o nosso trabalho era só pra atender, assistencialista com os alunos. E hoje não, eles já nos procuram para tirar diversas dúvidas realmente que a sociedade cobra e também que o público escolar, o aluno na aprendizagem, cobra do professor que o professor tem que procurar ajuda com o pedagogo que é o formado nessa área com o aluno, sobre a aprendizagem”.*

III- O PEDAGOGO E O CONTEXTO ORGANIZACIONAL DA ESCOLA

Quando se trata do Projeto Político Pedagógico e o envolvimento com a comunidade, 02 (dois) dos entrevistados não fazem menção ao mesmo e 01 (um) apesar de não citar a importância do Projeto para a comunidade, deixa claro que sua concretização, se dará quando houver a participação efetiva de todos os profissionais da escola, o que nos leva supor, que no momento, não há um compromisso por todos os agentes responsáveis.

Evidencia-se, também, que embora alguns pedagogos saibam da relevância do Projeto Político Pedagógico, ainda, na prática cotidiana da escola, é um documento para cumprimento de determinações da Secretaria, ficando “engavetado”, não havendo uma revisão séria e comprometida sobre as ações pedagógicas por ele norteadas.

A respeito do Projeto Político Pedagógico, observemos as falas:

SUJEITO C: “[...] É, já tinha, né, já foi feito há vários anos, mas depois que nós assumimos como professor pedagogo, então a gente vem assim constantemente reformulando, né porque ele é assim bastante flexível não, como que eu diria, ele está em constante transformação, constante mudança, então a gente tem que implementando, constante implementação então a gente vai implementando com o dia a dia das atividades pedagógicas na escola, e eu vejo assim, que o nosso é... ele está assim bastante relacionado com a nossa vivência na escola e com a comunidade escolar também. E na medida do possível, sempre que podemos, né está assim à disposição da comunidade escolar deste documento que faz parte da escola”.

SUJEITO E “[...] a escola vai parar pra gente conversar com os professores, analisar as notas, ver o que pode ser feito, propor pros professores uma alternativa, um jeito diferente de se fazer, visando a... melhorar os índices né?! Pra depois no final do ano a gente não te repetência, não ter tanta evasão, que é uma consequência né, da repetência” (grifos nossos)

SUJEITO F: “[...] Não há articulação do Projeto Político Pedagógico com a comunidade escolar, porque dentro da própria escola não há uma integração professores e equipe e pedagógica”.

É possível entender que, dentre outros aspectos, quanto à proficuidade do Projeto Político Pedagógico para análises e reflexões sobre a práxis pedagógica escolar, há um desconhecimento pela comunidade escolar ou sua relevância encontra-se num estado nebuloso, onde a comunidade escolar não encontra meios de efetivá-lo.

IV - OS DOCENTES: COMO VÊM A PRÁTICA DO PROFESSOR PEDAGOGO

Quanto aos questionários encaminhados às escolas públicas estaduais, os mesmos foram respondidos por professores do Ensino Fundamental – séries finais e Ensino Médio. Dos 15 (quinze) que responderam 12 (doze) são do sexo feminino e 03 (três) do sexo masculino. Quanto à faixa etária 07 (sete) possuem entre 31 (trinta e um) a 40 (quarenta) anos de idade e 8 (oito) estão acima dos 40(quarenta) anos de idade. No que se refere à formação acadêmica, há 2 (dois) mestres, 12 (doze) pós graduados (especialização) e 1(um) acadêmico que no momento está como substituto. Apenas 2 (dois) professores possuem experiência profissional como docente a menos de 5 (cinco) anos, os demais possuem experiência de docência acima de 10 (dez) anos.

Questionados sobre a compreensão que têm da **função do professor** pedagogo na escola é perceptível que embora possuam certa clareza sobre a mesma, alguns denotam em suas palavras uma fragilidade de conhecimento sobre a própria educação escolar.

SUJEITO A [...] *“compreendo como ação de um profissional especialista na área da educação que tem como tarefa **orientar o processo ensino-aprendizagem, subsidiando professores e direcionando a aprendizagem dos alunos de acordo com necessidades individuais e locais.**”*

SUJEITO B [...] *“para mim... o pedagogo é aquele que **detém os conhecimentos específicos, além da orientação**”.*

É possível perceber nas falas, a fragilidade em que o professor se encontra, sentindo-se sem o apoio pedagógico necessário, inclusive para perceber qual é o papel do professor pedagogo. Entendem a função do professor pedagogo com base no que vivenciam em suas escolas, ou seja, um pedagogo que “tenta” atender o professor, o aluno e a comunidade escolar, disciplinando alunos e corrigindo os diários de classe dos professores. Uma função sem reflexão e sem planejamento.

SUJEITO J [...] *“o professor pedagogo **tem a função de promover interação entre o grupo, bem como, procurar atender os educandos em suas necessidades**”.*

SUJEITO L [...] *“eu, sinceramente **não sei se entendo a função de pedagogo. Foram poucas as experiências que tive onde percebi uma atuação ligada ao professor (como apoio) – supervisão - e de encaminhamento pedagógico e resolução efetiva de aprendizagem do aluno – orientador.**”*

Respostas esvaziadas seja por falta de conhecimento sobre a função do professor pedagogo ou por não compreenderem a questão proposta:

SUJEITO Q [...] *“de muita importância sendo **vital para o bom andamento das atividades propostas**”.*

SUJEITO R [...] *“uma função que deve ter conhecimento geral do funcionamento de uma escola e dos cursos que a mesma oferece, e **as leis da LDB, matriz curricular, plano de ensino, saber considerar certo o certo do errado sem tirar a razão de quem está com a mesma**”.*

Quanto à **influência/ importância do professor** pedagogo para o trabalho docente, de modo geral os professores compreendem a importância do pedagogo como apoio e suporte pedagógico para o desenvolvimento das ações educativas, embora em alguns momentos percebam a atuação mais voltada para a orientação dos alunos, deixando a desejar o apoio às ações do professor.

SUJEITO H [...] *“ele é quem nos **auxilia em todos os casos que somente em sala não podem ser resolvidos. Através de troca de informações, discussões, trabalho conjunto e específico com alunos e professores chegamos a melhores resultados. Exerce um trabalho complementar, é também uma extensão do trabalho do professor**”.*

Alguns termos como “controle de avaliação”, “preenchimento de livros”, “manutenção de

disciplina”, denotam que entendem a função do professor pedagogo, apenas como burocrata, sendo ele, supervisor das ações educativas e não profissional professor e educador que em conjunto com os demais busca alternativas para o melhoramento da aprendizagem e alcance das finalidades propostas por todos.

SUJEITO O [...] “o professor pedagogo tem papel importantíssimo na escola tanto na parte burocrática, com preenchimento de livros, quanto na orientação com alunos com dificuldade de aprendizagem ou indisciplina”.

SUJEITO R [...] “auxiliar o professor nas suas dificuldades, no relacionamento com os alunos, preenchimento do livro de chamada, sugerir como montar um plano de trabalho corretamente e outras situações que surgem no dia-a-dia.”

Questionados sobre a frequência das reuniões pedagógicas a maior parte dos entrevistados coloca que as reuniões são, geralmente, no início dos períodos letivos, algumas vezes, semestral. Coloca-se que essas reuniões, ocorrem paralelas ao Conselho de Classe ou, extraordinárias, conforme a necessidade, porém é preciso repensar o objetivo dessas reuniões, pois muitas vezes não correspondem aos anseios do corpo docente, ficando no campo mais da informação do que da reflexão.

SUJEITO C [...] “ocasionalmente, principalmente em inícios de períodos letivos”.

SUJEITO F [...] “somente quando são determinadas pelo NRE ou mediante uma situação emergencial, estas de forma desarticuladas com o PPP. As reuniões não estão sendo usadas para discussões dos problemas da escola e sim estudo de temas pré determinados, que não correspondem aos anseios do professor”.

SUJEITO N [...] “não são tão frequentes como as necessidades exigem. Elas ocorrem geralmente no início do ano letivo, início de bimestre e se necessário, extraordinariamente, pois o calendário não proporciona espaço”.

Quanto à correspondência entre o trabalho do professor – pedagogo em relação aos anseios dos docentes e discentes pode-se perceber que os professores apóiam o trabalho do professor pedagogo, dada às condições de trabalho da própria escola. Isto nos remete a pensar o porquê deste apoio. O docente apóia porque, apenas nos últimos anos, a escola teve uma equipe pedagógica específica para essa função ou porque, ainda não está clara para o próprio professor a organização pedagógica da escola? É preciso mais uma vez atentar para o esclarecimento desta função, destituindo a dicotomia das habilitações.

SUJEITO A [...] “para mim correspondem sim, o trabalho do pedagogo tem sido de grande importância, atendendo nos momentos que precisam (alunos/ professores) com atenção devida e a solução dos problemas”.

SUJEITO E [...] “em parte eles tem apresentado muita vontade de desempenhar um bom

trabalho, mas precisam adquirir mais experiência na área e sabemos que isso só se consegue adquirir por meio da prática”.

SUJEITO L [...] *“sim, é claro. Pois trabalham fazendo jus aos seus salários, com dedicação e demonstrando grande conhecimento e capacidade na área que atuam”.*

SUJEITO N [...] *“a gente nem sabe muito bem qual é a função, espero que melhore”.*

No que se refere à articulação do PPP junto aos docentes e como a mesma ocorre na escola, a maioria dos docentes coloca que a mesma ocorre através de orientação e auxílio na prática de sala de aula, através de reuniões pedagógicas, porém é preocupante perceber que muitos, basicamente um terço dos que responderam, o fazem de forma desarticulada e obscura.

SUJEITO J [...] *“orientando, auxiliando e articulando os professores no que diz respeito ao projeto político pedagógico da escola.”*

SUJEITO M [...] *“é pedido para os professores, se preciso for, modificar o P.P.P.”.*

Coloco aqui alguns comentários/sugestões que merecem registro quanto à atuação do professor pedagogo, visto sob a ótica do docente atuante em sala de aula.

SUJEITO A [...] *“que desenvolvessem ainda mais a virtude de ouvir, analisar e investigar as questões antes de agir”.*

OUTROS OLHARES: o que pensam os alunos de Pedagogia

Os questionários enviados aos concluintes do curso de Pedagogia foram respondidos por 16 acadêmicos do curso presencial, período noturno, com duração de 4 (quatro) anos, sendo no quarto ano enfatizada a habilitação em Orientação Educacional. Desses acadêmicos, 10 (dez) possuem experiência como docente das séries iniciais do Ensino Fundamental e outros são estagiários remunerados (CIEE) em programas educativos do município. Todos os que responderam são do sexo feminino. Quanto à faixa etária 06 (seis) possuem entre 21 (vinte e um) a 30 (trinta) anos, 8 (oito) possuem entre 31 (trinta e um) a 40 (quarenta) anos de idade e 2 (dois) estão acima dos 40 (quarenta) anos de idade.

I - A FORMAÇÃO E A ARTICULAÇÃO COM A FUNÇÃO

Quando questionados sobre a relação entre as disciplinas estudadas durante o curso e a função do pedagogo, as respostas se mostraram superficiais pouco reflexiva, esvaziadas de argumentação, enquanto apenas três (03) conseguem responder com certa de acordo com a Política Educacional da SEED/PR.

SUJEITO D[...] *“o pedagogo tem inúmeras funções dentre as quais, implantar, coordenar*

e avaliar o projeto pedagógico, coordenar reuniões pedagógicas com os pais, professores e profissionais de outros segmentos, promover integração entre família, escola e comunidade, elaborar plano de ação, assessorar os professores quanto aos PCNs e outros.”

SUJEITO M [...] *“é auxiliar do corpo docente, visando aperfeiçoar o desenvolvimento deste na utilização de recursos didáticos, metodológicos de conteúdo. Assistir o aluno e toda equipe que está envolvida no processo ensino aprendizagem”.*

SUJEITO P [...] *“dominar as formas através das quais, o saber sistematizado é convertido em saber escolar, tornando-o, pois transmissível assimilável na relação professor aluno.”*

II- COMPREENSÃO SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA

Quanto à avaliação que fazem dos cursos de pedagogia, embora apenas uma acadêmica, tenha avaliado como excelentes os cursos de pedagogia, a maioria dos que respondeu, afirma que poderia estar melhor, considerando a importância do curso, as diversas atribuições do profissional pedagogo e a carga horária destinada às muitas disciplinas que compõem a matriz curricular.

SUJEITO A [...] *“um excelente curso onde associa a teoria com a prática. Através dos estágios conhecemos a realidade e seus desafios”.*

SUJEITO I [...] *“bom, mas poderia ser melhor pelo tempo de duração. Nós vemos alguns conteúdos, mas só superficial, deveriam ser mais aprofundados”.*

SUJEITO J [...] *“bom. Porém há docentes que precisariam de uma formação continuada, pois, enquanto alunos percebemos, que eles apresentam uma desvinculação de teoria e prática voltada para a formação enquanto professor pedagogo, em especial de escola pública. Há necessidade de maior carga horária de algumas disciplinas que enfatizam o trabalho pedagógico efetivo da função.”*

III – O PEDAGOGO E O TRABALHO DOCENTE E O PREPARO PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

Quanto à influência / importância do pedagogo para o trabalho docente, são unânimes em afirmar sobre a importância do trabalho do professor pedagogo para a organização escolar, uma vez que é o pedagogo, o profissional embasado teoricamente para dar suporte pedagógico ao professor a partir de uma visão mais ampla dos conceitos que permeiam a educação escolar. Já quando questionados sobre “estar preparado para exercer a função de pedagogo escolar”, a maioria das acadêmicas acredita estar preparada para o exercício da função, deixando claro em suas respostas que há necessidade de uma formação continuada. Há uma minoria que demonstra insegurança e

declaram a necessidade de maior embasamento teórico para exercer essa função.

SUJEITO F [...] “*sim, porém acredito que a formação será continuada, muito aprenderei através da prática e de estudos voltados para grupo profissional*”.

SUJEITO O [...] “*não. Realmente terei que me interar e aperfeiçoar-se bem mais além da graduação. Buscar mais conhecimentos*”.

A visão que têm do professor pedagogo durante o Estágio Supervisionado e sobre as dificuldades encontradas para o exercício da função do professor pedagogo, coloca-se os casos de indisciplina, a intolerância dos colegas de equipe e professores e ainda uma parte de pedagogos que não se posicionam enquanto profissional da educação, responsável pela organização do trabalho pedagógico da escola e acomoda-se em afazeres inferiores daqueles a que se formou.

SUJEITO A [...] “*em muitos casos, o pedagogo não exerce realmente sua função, trabalhando dessa forma como decorador, substituto, etc.*”.

SUJEITO D [...] “*o trabalho do pedagogo é de extrema importância na escola, pois é responsável pelos alunos problema, indisciplina na escola, alunos sem limites, e tem que auxiliar os professores*”.

SUJEITO G [...] “*é de grande responsabilidade no âmbito escolar, pois depende de sua atuação o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos no PPP da escola. O pedagogo é o profissional que cuida da formação humana de todos da escola, repetência, defasagem, idade/série, as dificuldades do aluno, etc*”.

SUJEITO L [...] “*a primeira dificuldade que o pedagogo enfrenta é a aceitação por parte dos colegas de trabalho. Alguns demonstram não precisar da ajuda do pedagogo, outros talvez por querer estar no lugar dele. Na escola que visitei, o pedagogo é pau pra toda obra, como dizem, faz tudo inclusive tarefas que não são sua verdadeira função, dificultando o seu trabalho direto com o professor e o aluno.*”

Assim como os docentes que responderam os questionários, os acadêmicos também fizeram comentários e sugestões que merecem ser registradas:

SUJEITO F [...] “*os pedagogos são profissionais necessários na escola, nas tarefas de administração, nas tarefas que ajudem o professor no ato de ensinar e na busca de um projeto político pedagógico coerente com a teoria e prática*”.

SUJEITO H [...] “*infelizmente uma pessoa é diferente da outra na questão de querer, assim alguns se esforçam mais, outros menos. Alguns conseguem acabar o curso com mais preparo, outros precisarão de muito mais ajuda. Por isso, o bom pedagogo terá uma função mais trabalhosa ainda para ajudar estes educadores, pois eles irão precisar*”.

SUJEITO I [...] “*os pedagogos são pessoas que pensam, refletem e procura fazer as pessoas pensarem antes de tomarem qualquer atitude. Ele é um profissional que deve estar*

*sempre atualizado e ter uma união de classe profissional. Pois **a união é a base fundamental para a valorização do curso de pedagogia (pedagogo)**”.*

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO

O que podemos compreender sobre a auto-percepção do pedagogo, no exercício de sua função de “professor-pedagogo” é que este se coloca de forma fragilizada, multi-solicitado na comunidade escolar e nesta, desconhecido enquanto função específica de articulador do Projeto Político Pedagógico, atentando aqui que é a partir deste, que todo o processo e desenvolvimento de ações da escola ocorrem.

Ao estabelecermos esta compreensão da situação vivenciada pelos sujeitos da pesquisa quanto a sua função, vinculamos esta discussão, ao processo histórico que acabou produzindo inconstância na definição da real função do profissional pedagogo conforme assinalamos no presente texto.

Verificamos ainda que a fragilidade na definição de sua função demonstra a dificuldade de se colocar como profissional com autoridade de coordenar as ações a ele atribuídas, ligadas diretamente aos alunos que, direta ou indiretamente, refletem na atuação do professor em sala de aula. Portanto, fica clara a angústia do professor pedagogo e sua impotência quando, percebemos as respostas e mesmo às “fugas” quando questionados sobre os desafios, superações e ações ligadas à comunidade escolar. LIBÂNEO (1999) coloca que “[...]a questão mais relevante, todavia, é o esvaziamento dos estudos sistemáticos de educação e a descaracterização profissional do pedagogo”.

Em alguns momentos da entrevista foi perceptível o direcionamento para uma tendência de cunho escolanovista e/ou tradicional confundindo-se com uma proposta na concepção progressista descrita nos Projetos Políticos Pedagógicos da mesma, evidenciando um desconhecimento relacionado à fundamentação teórica necessária ao pedagogo. Ainda, fica presente a questão referente à formação acadêmica voltada para as habilitações, sem contar que as respostas dadas são colocadas sempre de um ponto de vista intra-escolar, como se a educação escolar, suas ações e procedimentos não ultrapassassem os muros escolares. Idéias que coadunam com o que diz PASSOS (1997) “[...] o grande leque de habilitações oferecidas, realimenta a perspectiva de fragmentação do saber e do tecnicismo”.

Ainda observamos pela forma de entrevista utilizada, que as respostas dos pedagogos são um “desabafo”, um “pedido de socorro” pela cobrança de múltiplas solicitações, por ordem da comunidade escolar e ainda dos órgãos a que estão submetidos.

Quanto à visão dos professores sobre os pedagogos, a referência que os mesmos possuem para definirem a atuação do mesmo é aquela que presenciam na escola em seu dia a dia, ou seja, uma visão parcial, mesmo porque muitas escolas passaram a ter esse profissional (formado em Pedagogia) há pouquíssimo tempo. Cerca de 8 (oito) anos não era exigida a formação específica

em Pedagogia para ocupar a função, o que nos faz entender, em boa parte, a dificuldade de ambos, professores e pedagogos, e o apoio que os professores em suas declarações dizem dar aos pedagogos.

Em consequência dessa referência histórica dos pedagogos nas escolas, os docentes acreditam que o pedagogo esteja exercendo o papel de disciplinador do aluno e cumpridor de tarefas burocráticas, o que é suficiente para estar lá e receber o seu apoio.

Fica claro que a escola não superou a dicotomia das habilitações, já descritas inclusive pelos próprios pedagogos que não conseguem colocar-se com autoridade e competência, inclusive no que tange às reuniões pedagógicas, momento oportuno para elucidar sua função e refletir a prática pedagógica que os envolvidos no processo escolar vêm desempenhando e esclarecer sobre o P.P.P., que alguns docentes ainda demonstram não ter envolvimento, acreditando ser o pedagogo o único responsável em cumpri-lo.

Outro aspecto que deve ser registrado e mais uma vez reforçado (pois os próprios pedagogos já fizeram essa mesma referência), é quanto ao aligeiramento de alguns cursos superiores de Pedagogia, tais como o Normal Superior.

Os pedagogos que atuam nas escolas hoje, com algumas exceções, são pedagogos que apesar de toda fragilidade, procuram fazer o melhor e encontram apoio nos docentes que anseiam por ajuda (pois também se sentem fragilizados e sozinhos) nas situações que ocorrem no cotidiano escolar e que fogem ao seu controle e à sua própria formação. O que se verifica é um quadro onde a prática se faz pela prática, sem “tempo” de reflexão sobre a mesma, o que aos poucos, se naturaliza, levando o trabalho pedagógico escolar à decadência. Segundo Passos, (1997) [...] “Na análise do processo de formação profissional há que se considerar que ele ocorre num contexto de uma determinada forma de organização do trabalho pedagógico que, antes de ter uma origem em si mesma, preserva nexos muito fortes com a organização social mais ampla”.

Problemas escolares citados nos depoimentos, tais como indisciplina, intolerância, não aprendizagem dos conteúdos escolares, reprovação, evasão, não são questões meramente escolares e o professor pedagogo não é o salvador das mazelas educacionais.

Em vários momentos da pesquisa empírica, evidenciamos a fragilidade do pedagogo desde sua formação, a insegurança e o pedido de socorro para solucionar problemas que estão além de seu conhecimento específico. Os acadêmicos, através dos Estágios Supervisionados, relatam uma visão intra escolar, deixando de lado a reflexão das questões extra escolares e o trabalho pedagógico como um trabalho que poderia, pode e principalmente deve ir para além dos muros escolares, questões que circundam a realidade de todos os envolvidos no processo escolar e que, queiramos ou não, refletem dentro da sala de aula.

Algo fica indubitável até aqui, é preciso compreender que ações precisam ser urgentemente

implementadas no campo da formação continuada desta categoria, formação continuada que, nas palavras de Libâneo (baseado no Documento Norteador para a Elaboração das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores, 1999, item III (Conteúdos formativos a serem desenvolvidos) [...] o desenvolvimento profissional envolve formação inicial e contínua articuladas a um processo de valorização identitária e profissional dos professores. Identidade que é epistemológica, ou seja, que reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos configurados em quatro grandes conjuntos, a saber: conteúdos das diversas áreas do saber e do ensino, ou seja, das ciências humanas e naturais, da cultura e das artes; conteúdos didático-pedagógicos (diretamente relacionados ao campo da prática profissional); conteúdos relacionados a saberes pedagógicos mais amplos (do campo teórico da prática educacional) e conteúdos ligados à explicitação do sentido da existência humana (individual sensibilidade pessoal e social). Portanto, uma formação continuada não por uma questão apenas de atender legislações, ou interesses individuais, mas uma formação continuada séria, comprometida com a atuação dos profissionais, sujeitos indispensáveis na construção de uma escola pública de qualidade⁶, que certamente refletir-se-á na sociedade, não automaticamente, não pelo imediatismo, mas por um processo lento, de construção, que precisa ser compreendido e iniciado.

De acordo com a professora Ilma Passos (1997), fica claro que apenas, quando a educação passar a ser a essência nos cursos de pedagogia, no sentido de aprimoramento da reflexão e da pesquisa da mesma, encontramos a fonte da identidade do pedagogo e da própria pedagogia.

⁶ Para melhor esclarecimento ler o texto de Saviani, exposto nas referências.

REFERÊNCIAS

- BOFF, L. Cidadania, com – cidadania, cidadania nacional e cidadania terrenal. In: **Depois de 500 anos: que Brasil queremos?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.51-84.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Pareceres, Resoluções e DCNs.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> . (Acesso em 16/07/07.)
- BRASIL. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> . (Acesso em 16/07/07.)
- BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento.** 6ed. Campinas: Papirus, 1996.
- FEIGES, M.M.F. **Educação, Pedagogos e Pedagogia – questões conceituais.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/cadep/>> . (Acesso em 29/06/2007.)
- LIBÂNEO, J. C. PIMENTA, S.G. **Formação dos profissionais da educação – visão crítica e perspectivas de mudança.** In: Revista Educação e Sociedade, Campinas: Cedes nº.68, 1999.
- _____. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas.** Educar em Revista, Curitiba: n. 17, p. 153-176, 2001
- _____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2004.
- PARANÁ. **Secretária de Estado da Educação – SEED. Edital nº. 10/2007 – GS/SEED.** Disponível em: <<http://www.seed.pr.gov.br>> . (Acesso em 15/10/2007.)
- PARANÁ. **Casa Civil. Lei nº 15075 – 04/05/2006: publicada no Diário Oficial nº 7219 de 05/05/2006.** Disponível em: <<http://www.dioe.pr.gov.br>> . (Acesso em 16/11/2007.)
- PASSOS, I; et all. **Licenciatura em pedagogia – realidades, incertezas, utopias.** Campinas: Papirus, 1997.
- SAVIANI, D. **O sentido da pedagogia e o papel do pedagogo.** In: Revista da ANDE, São Paulo: Cortez, nº. 9, p.27-28, 1985.
- SILVA, C.S.B. **Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade.** Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- VEIGA, I. P. A.; et alli. **Licenciatura em Pedagogia _ realidades, incertezas, utopias.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.
- XAVIER, M. E. S. P.; et alli. **História da educação: a escola no Brasil.** São Paulo: FTD, 1994.